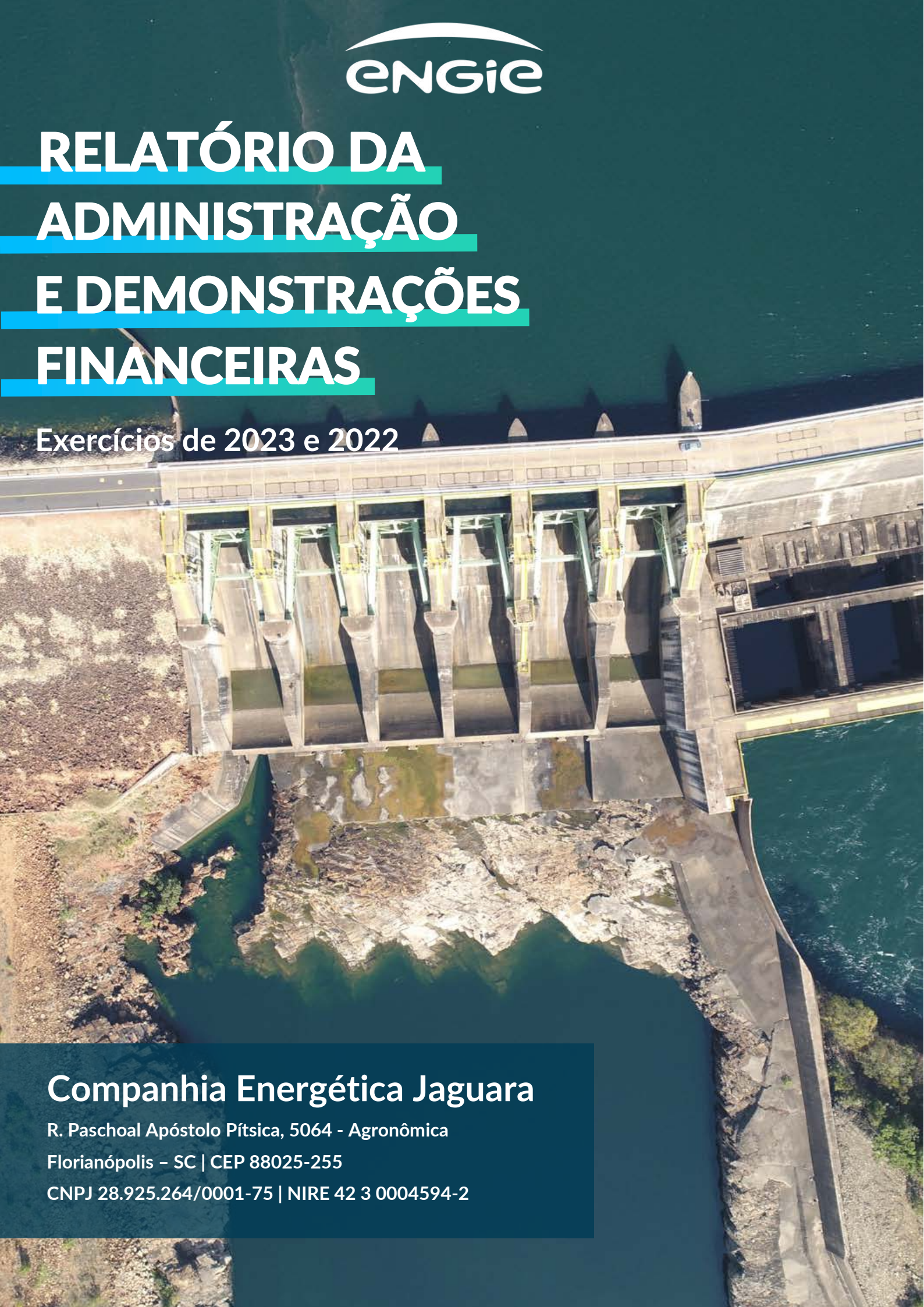
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios de 2023 e 2022



Companhia Energética Jaguara

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255
CNPJ 28.925.264/0001-75 | NIRE 42 3 0004594-2

SUMÁRIO

Relatório da Administração 3
Balanços Patrimoniais 8
Demonstrações dos Resultados 9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 11
Demonstrações dos Valores Adicionados 12
NOTA 1. Contexto operacional 13
NOTA 2. Apresentação das demonstrações financeiras 13
NOTA 3. Caixa e equivalentes de caixa 16
NOTA 4. Contas a receber de clientes 16
NOTA 5. Ativo financeiro de concessão 16
NOTA 6. Imobilizado 18
NOTA 7. Intangível 19
NOTA 8. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 20
NOTA 9. Debêntures 25
NOTA 10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 26
NOTA 11. Patrimônio líquido 28
NOTA 12. Dividendos e juros sobre o capital próprio 29
NOTA 13. Receita operacional líquida 30
NOTA 14. Resultado financeiro 31
NOTA 15. Transações com partes relacionadas 31
NOTA 16. Seguros 32
NOTA 17. Compromissos de longo prazo 33
NOTA 18. Informações complementares ao fluxo de caixa 33
NOTA 19. Eventos subsequentes 33
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 34
Declaração dos Diretores da Companhia 36
Conselho de Administração 37
Diretoria Executiva 37
Departamento de Contabilidade 37
Relatório dos Auditores Independentes 38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 177 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo (SP) – município de Rifaina - e Minas Gerais (MG) – município de Sacramento, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 324,0 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Jaguara está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 875.448.805 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 875.449 mil ao final de 2023, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por quatro Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Na 5ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada 02.06.2023, foi eleito o senhor Eduardo Takamori Guiyotoko como membro do Conselho de Administração, em substituição a Marcelo Cardoso Malta. Após essa data, o Conselho de Administração passa a ser composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Eduardo Takamori Guiyotoko.

Em 20.12.2023, na 35ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, que passou posteriormente por retificação (36ª Reunião do Conselho de Administração) e em 31.12.2023 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional, Romary dos Anjos Silva no cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores, e Marcio Daian Neves como Diretor de Implantação.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 2.171 milhões, resultando em ágio de 13,6% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das *commodities* no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das *commodities*, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Jaguara foi de 2.313,1 GWh, aumento de 5% se comparado ao desempenho de 2022, quando atingiu 2.202,0 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 85,6%, 12,8 p.p. menor que o obtido em 2022, de 98,4%.

A redução da disponibilidade se deu devido às paradas operacionais decorrentes das obras para realização de modernizações do Gerador da Unidade Geradora 1 da Usina. Paralelamente, foi assinado contrato de modernização geral da Usina, que inclui os demais geradores, turbinas e sistemas de supervisão e controle. Os serviços devem estender-se até 2028.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	514.315	526.141	(11.826)	(2,2)
Lucro bruto	419.335	418.149	1.186	0,3
Margem bruta	81,5%	79,5%		2 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	439.884	438.614	1.270	0,3
Margem Ebitda	85,5%	83,4%		2,1 p.p.
Depreciação e amortização	(21.471)	(21.422)	(49)	0,2
Resultado financeiro	(79.764)	(95.703)	15.939	(16,7)
Imposto de renda e contribuição social	(106.648)	(109.224)	2.576	(2,4)
Lucro líquido do período	232.001	212.265	19.736	9,3

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

Em 2023, a receita operacional líquida da Companhia apresentou decréscimo de R$ 11.826 mil (2,2%), atingindo R$ 514.315 mil, frente aos R$ 526.141 mil reconhecidos em 2022. Essa variação é consequência da combinação dos seguintes eventos: (i) redução de R$ 11.007 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, principalmente, pela redução do IPCA entre os exercícios em comparação; (ii) redução de R$ 2.138 mil na receita com transações de energia, sendo composto pelo (ii.i) decréscimo de R$ 4.728 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (ii.ii) aumento de R$ 2.590 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (iii) aumento de R$ 1.319 mil referente à receita de prestação de serviços, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item “transações de energia” apresentado a seguir.

5.2 Custos da energia vendida

	2023	2022	Var. (R$)	Var. (%)
Materiais e serviços de terceiros	28.874	47.175	(18.301)	(38,8)
Depreciação e amortização	21.471	21.422	49	0,2
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	16.037	14.598	1.439	9,9
Energia elétrica comprada para revenda	10.461	13.567	(3.106)	(22,9)
Pessoal	8.504	7.685	819	10,7
Transações no mercado de energia de curto prazo	241	2.190	(1.949)	(89,0)
Outros custos operacionais	9.392	1.355	8.037	593,1
	94.980	**107.992**	**(13.012)**	**(12,0)**

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 13.012 mil (12,0%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 107.992 mil em 2022 para R$ 94.980 mil em 2023. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) **Materiais e serviços de terceiros:** redução de R$ 18.301 entre os exercícios em análise, devido, principalmente, pela redução nos custos de manutenção, relacionados a prestação de serviços, manutenção e limpeza da usina.

b) **Encargos de uso de rede elétrica e de conexão:** aumento de R$ 1.439 mil entre os exercícios em análise, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos.

c) **Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de curto prazo:** redução de R$ 3.106 mil e de 1.949 mil, respectivamente, entre os exercícios em análise, totalizando uma redução de R$ 5.055 mil (32,1%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item “transações de energia” apresentado a seguir.

d) **Outros custos operacionais:** o aumento de R$ 8.037 entre os exercícios analisados, deve-se a reversão de provisão de contingência cível no montante de R$ 7.386 mil, ocorrida em 2022, devido ao entendimento favorável à posição da Companhia.

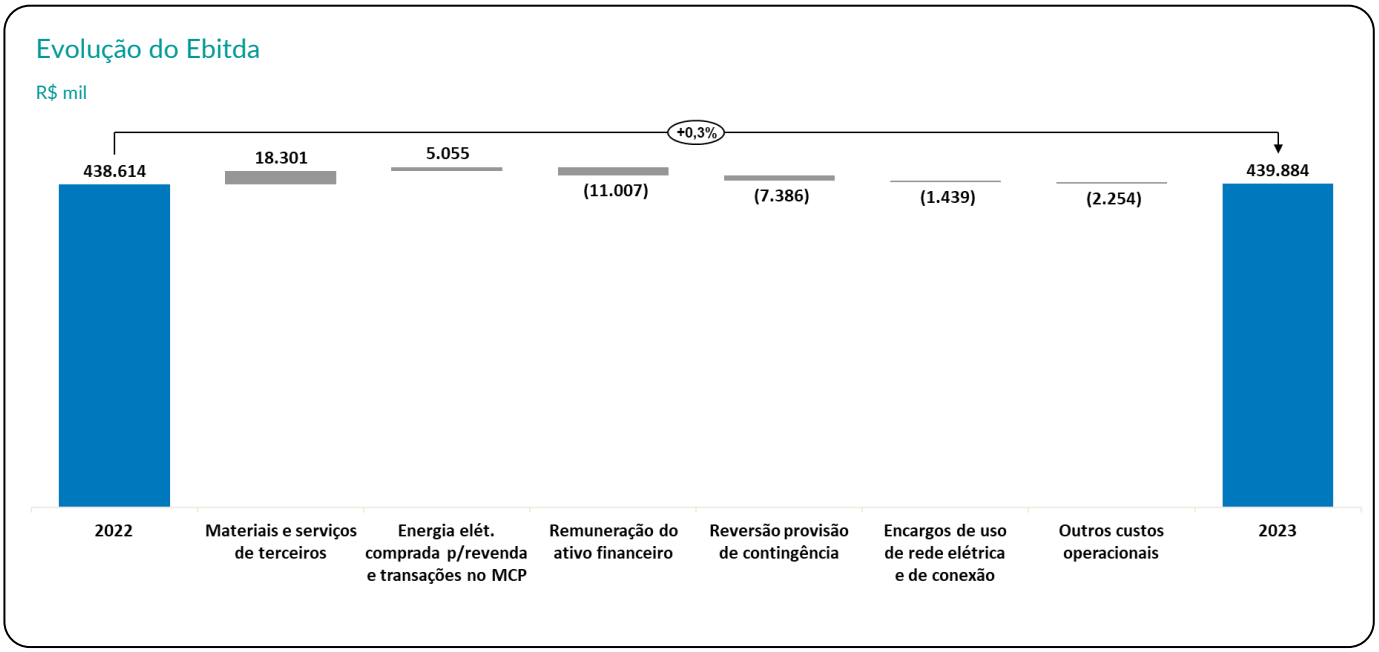
5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram uma redução de R$ 2.138 mil e uma redução de R$ 5.055 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 2.917 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, da redução de transações de compra no mercado de curto prazo em consequência do aumento da geração de energia registrada em 2023 quando comparado a 2022.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2023 foi de R$ 439.884 mil, R$ 1.270 mil (0,3%) acima do apurado em 2022, de R$ 438.614 mil.



5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 15.939 mil (16,7%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 79.764 mil no 2023 (R$ 95.703 mil no 2022). A redução, decorre, principalmente, pela diminuição da variação monetária sobre as debêntures, em função, principalmente, da desaceleração do IPCA entre os exercícios.

5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL reduziram R$ 2.576 mil (2,4%), passando de R$ 109.224 mil em 2022 para R$ 106.648 mil em 2023, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL foi de 31,0% em 2023 e 34,0% em 2022. A redução da alíquota efetiva decorre, principalmente, da distribuição de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2023 a 31.12.2023.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido no 2023 foi de R$ 232.001 mil, R$ 19.736 mil (9,3%) superior aos R$ 212.265 mil apresentados no 2022, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Jaguara segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, estabelecidos na Licença de Operação vigente:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Gerenciamento de Resíduos;

d) Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos;

e) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

f) Programa de Conservação da lctiofauna e afugentamento nas paradas de máquinas;

g) Programa de Peixamento;

h) Programa de Levantamento da Produção Pesqueira;

i) Programa de Monitoramento da Avifauna e Projeto Urubu;

j) Programa de Educação Ambiental;

k) Programa de Comunicação Social;

l) Programa de Gestão Sociopatrimonial;

m) Plano de Atendimento a Emergências (PAE);

n) Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas; e

o) Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Mexilhão-Dourado (Limnoperna fortunet).

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2023.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	64.413	52.994
Contas a receber de clientes	4	25.376	25.165
Ativo financeiro de concessão	5	234.229	225.704
Outros ativos circulantes		4.850	4.066
		328.868	**307.929**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	1.833.921	1.772.176
Outros ativos não circulantes		-	20
		1.833.921	**1.772.196**
Imobilizado	6	**16.512**	**3.641**
Intangível	7	**502.485**	**523.452**
		2.352.918	**2.299.289**
TOTAL DO ATIVO		**2.681.786**	**2.607.218**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		16.438	22.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	103.125	20.165
Debêntures	9	199.545	170.833
Imposto de renda e contribuição social a pagar		47.715	35.185
Indenização de sinistros a apropriar	16	4.221	6.793
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	8	-	13.129
Outros passivos circulantes		18.137	16.044
		389.181	**285.058**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	9	434.495	599.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	250.223	210.807
Indenização de sinistros a apropriar	16	561	5.307
		685.279	**816.000**
TOTAL DO PASSIVO		**1.074.460**	**1.101.058**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**		
Capital social		875.449	854.409
Reservas de lucros		731.877	591.916
Dividendos adicionais propostos	12	-	59.835
		1.607.326	**1.506.160**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.681.786**	**2.607.218**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**514.315**	**526.141**
Custos da energia vendida			
Materiais e serviços de terceiros		(28.874)	(47.175)
Depreciação e amortização		(21.471)	(21.422)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(16.037)	(14.598)
Energia elétrica comprada para revenda		(10.461)	(13.567)
Pessoal		(8.504)	(7.685)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(241)	(2.190)
Outros custos operacionais		(9.392)	(1.355)
		(94.980)	**(107.992)**
LUCRO BRUTO		**419.335**	**418.149**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(989)	(983)
Outras receitas operacionais, líquidas		67	26
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**418.413**	**417.192**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	8.546	13.687
Despesas financeiras	14	(88.310)	(109.390)
		(79.764)	**(95.703)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**338.649**	**321.489**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(67.232)	(61.821)
Diferido	10	(39.416)	(47.403)
		(106.648)	**(109.224)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**232.001**	**212.265**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	**11**	**0,26571**	**0,24843**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**232.001**	**212.265**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**232.001**	**212.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2021		**854.409**	**33.762**	**435.033**	**-**	**-**	**1.323.204**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	212.265	212.265
Dividendos intermediários		-	-	(9.144)	-	-	(9.144)
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal	11.b.1	-	10.613	-	-	(10.613)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12.a	-	-	-	-	(20.165)	(20.165)
- Dividendos adicionais propostos	12.b	-	-	-	59.835	(59.835)	-
- Reserva de retenção de lucros	11.b.2	-	-	121.652	-	(121.652)	-
Saldos em 31.12.2022	**11**	**854.409**	**44.375**	**547.541**	**59.835**	**-**	**1.506.160**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	232.001	232.001
Aumento de capital	11.a	21.040	-	-	-	-	21.040
Dividendos adicionais propostos	12.d	-	-	-	(59.835)	-	(59.835)
Juros sobre o capital próprio	12.d	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Dividendos intermediários	12.d	-	-	(45.000)	-	-	(45.000)
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal	11.b.1	-	11.600	-	-	(11.600)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12.d	-	-	-	-	(22.040)	(22.040)
- Reserva de retenção de lucros	11.b.2	-	-	173.361	-	(173.361)	-
Saldos em 31.12.2023	**11**	**875.449**	**55.975**	**675.902**	**-**	**-**	**1.607.326**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	338.649	321.489
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(290.191)	(301.198)
Juros e variação monetária	85.778	111.603
Depreciação e amortização	21.471	21.422
Outros	819	(10.877)
Lucro antes dos tributos ajustado	**156.526**	**142.439**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(202)	99
Ativo financeiro de concessão	219.921	203.467
Outros ativos	(2.714)	(3.013)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(6.471)	11.537
Indenização de sinistros a apropriar	(7.318)	(11.239)
Outros passivos	2.037	5.010
Caixa gerado pelas operações	**361.779**	**348.300**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(48.612)	(55.652)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(56.459)	(41.257)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**256.708**	**251.391**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(13.375)	(815)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(13.375)**	**(815)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(187.789)	(176.633)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(65.165)	(90.000)
Aumento de capital	21.040	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(231.914)**	**(266.633)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.419**	**(16.057)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	52.994	69.051
Saldo final	64.413	52.994
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.419**	**(16.057)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	248.523	249.503
Remuneração do ativo financeiro de concessão	290.191	301.198
Outras receitas operacionais, líquidas	67	26
	538.781	**550.727**
(-) Insumos		
Materiais e serviços de terceiros	(29.489)	(47.751)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(16.037)	(14.598)
Energia elétrica comprada para revenda	(10.461)	(13.567)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(241)	(2.190)
Outros	(4.332)	3.581
	(60.560)	**(74.525)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**478.221**	**476.202**
Depreciação e amortização	(21.471)	(21.422)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**456.750**	**454.780**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	8.546	13.687
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**465.296**	**468.467**

	2023	%	2022	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	5.141	1,1	3.920	1,2
Benefícios	972	0,2	1.380	0,4
Participação nos resultados	820	0,2	1.003	0,3
FGTS[1]	318	0,1	245	0,1
	7.251	**1,6**	**6.548**	**2,0**
Do governo				
Impostos federais	130.957	28,1	133.487	28,5
Impostos estaduais	6	-	10	-
Impostos municipais	416	0,1	-	-
Encargos setoriais	6.134	1,3	6.604	1,3
	137.513	**29,5**	**140.101**	**29,8**
Do capital de terceiros				
Juros, V.M.[2] e ajuste a valor justo de debêntures, líquidos de *hedge*	86.593	18,5	108.171	22,7
Aluguéis	246	0,1	169	0,1
Outras despesas financeiras	1.692	0,4	1.213	0,3
	88.531	**19,0**	**109.553**	**23,1**
Do capital próprio				
Reserva legal	11.600	2,5	10.613	2,3
Dividendos	22.040	4,7	80.000	20,0
Juros sobre o capital próprio	25.000	5,4	-	-
Reserva de retenção de lucros	173.361	37,3	121.652	22,8
	232.001	**49,9**	**212.265**	**45,1**
	465.296	**100,0**	**468.467**	**100,0**

(1) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(2) Variação Monetária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 324,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada à Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 25.07.2023, a Companhia celebrou contrato para modernização das unidades geradoras da Usina. Mais detalhes, podem ser observados na Nota 17 – Compromissos de longo prazo.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Estimativa	Nota Explicativa
Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão	5
Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos	8 e 9
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração	6 e 7

e.1) Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão

A bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro de concessão, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração (RAG).

e.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações financeiras. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

e.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

f) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram novos pronunciamentos e revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	*Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction*	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	IAS 32	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos ou alterações à pronunciamentos já existentes, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	IAS 1, IAS 7, IFRS 7 e IFRS 16	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 12	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

h) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 04.03.2024.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**246**	**181**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	64.167	52.813
	64.413	**52.994**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2023, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil:

Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2023	31.12.2022
ENGIE Brasil Energia	12.529	12.765
Distribuidoras	12.153	11.726
Transações realizadas na CCEE[1]	694	674
	25.376	**25.165**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 19 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Prática contábil:

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do RBO, para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Engie, Controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguara, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física das usinas, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (10,5%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 7 – Intangível, de aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	234.229	1.833.921	2.068.150	225.704	1.772.176	1.997.880

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

Saldo em 31.12.2021	**1.900.149**
Recebimentos	(203.467)
Juros	150.329
Variação monetária	150.869
Saldo em 31.12.2022	**1.997.880**
Recebimentos	(219.921)
Juros	148.970
Variação monetária	141.221
Saldo em 31.12.2023	**2.068.150**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2025	194.645
2026	176.084
2027	159.294
2028	144.068
2029	130.328
2030 a 2034	487.226
2035 a 2047	542.276
	1.833.921

NOTA 6. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

a) Composição

		31.12.2023			31.12.2022		
	Taxa média depreciação % (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	2,7%	4.319	(1.370)	2.949	3.911	(953)	2.958
Móveis e utensílios	5,3%	694	(130)	564	571	(90)	481
		5.013	**(1.500)**	**3.513**	**4.482**	**(1.043)**	**3.439**
Em curso							
Máquinas e equipamentos		6.748	-	6.748	202	-	202
Aquisições a ratear		4.695	-	4.695	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.556	-	1.556	-	-	-
		12.999	**-**	**12.999**	**202**	**-**	**202**
		18.012	**(1.500)**	**16.512**	**4.684**	**(1.043)**	**3.641**

b) Mutação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	**2.658**	**474**	**521**	**3.653**
Ingressos	361	41	-	402
Transferências	320	-	(320)	-
Depreciação	(381)	(33)	-	(414)
Saldos em 31.12.2022	**2.958**	**482**	**201**	**3.641**
Ingressos[1]	-	-	13.331	13.331
Transferências	411	122	(533)	-
Depreciação	(420)	(40)	-	(460)
Saldos em 31.12.2023	**2.949**	**564**	**12.999**	**16.512**

(1) O aumento do ingresso de imobilizado refere-se ao projeto de modernização da Companhia, para maiores detalhes vide NE 17 – Compromisso de Longo Prazo.

NOTA 7. INTANGÍVEL

Prática contábil:

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda *(impairment)* é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

		31.12.2023			31.12.2022		
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2048	620.327	(127.209)	493.118	620.327	(106.581)	513.746
Direito de uso de ativos[1]	Até 2048	10.413	(1.046)	9.367	10.369	(663)	9.706
		630.740	**(128.255)**	**502.485**	**630.696**	**(107.244)**	**523.452**

(1) O saldo líquido de amortização é composto por: (i) R$ 9.220 referente a repactuação do risco hidrológico; e (ii) R$ 147 referente a *Softwares*.

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2021	**534.374**	**10.046**	**544.420**
Ingressos	-	40	40
Amortização	(20.628)	(380)	(21.008)
Saldos em 31.12.2022	**513.746**	**9.706**	**523.452**
Ingressos	-	44	44
Amortização	(20.628)	(383)	(21.011)
Saldos em 31.12.2023	**493.118**	**9.367**	**502.485**

a) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina Hidrelétrica Jaguara para geração e venda de energia no ACL. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

b) Direito de uso de ativos – repactuação do risco hidrológico

Nos exercícios de 2023 e 2022, as movimentações nos saldos de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica referem-se às amortizações dos exercícios, que estão sendo realizadas linearmente até o prazo final da extensão.

c) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Prática contábil:

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este era o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia ao longo de 2023, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

	31.12.2022
Posição passiva	
Hedge de valor justo sobre debêntures	13.129
	13.129
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	13.129
	13.129

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Total
Passivo em 31.12.2021	**32.969**
Juros e variações monetárias	1.505
Ajuste a valor justo	(2.561)
Amortização de principal	(28.022)
Amortização de juros	9.238
Passivo em 31.12.2022	**13.129**
Juros e variações monetárias	211
Ajuste a valor justo	1.017
Amortização de principal	(16.569)
Amortização de juros	2.212
Passivo em 31.12.2023	-

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2021	**1.544**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(2.561)
Saldo em 31.12.2022	**(1.017)**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	1.017
Saldo em 31.12.2023	-

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	31.12.2023	31.12.2024	Provável	Δ + 25% (1)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2023, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2024 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	634.040	4.199	(5.676)	(556)
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	2.068.150	(14.195)	(34.226)	12.167

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros.

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2023	31.12.2022
Debêntures	634.040	770.719
Efeitos de *hedge*	-	13.129
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(64.413)	(52.994)
Dívida líquida	**569.627**	**730.854**
Patrimônio líquido	**1.607.326**	**1.506.160**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,4**	**0,5**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2023, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia era o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total	Contábil
Fornecedores	16.438	-	-	16.438	16.438
Debêntures[1]	237.774	385.562	96.622	719.958	634.040
	254.212	**385.562**	**96.622**	**736.396**	**650.478**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Jaguara, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2023, a parcela da Usina Hidrelétrica Jaguara destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 226,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 7 – Intangível.

g) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	64.167	52.813
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	246	181
Contas a receber de clientes	N.A.	25.376	25.165
Ativo financeiro de concessão	N.A.	2.068.150	1.997.880
		2.157.939	**2.076.039**
Passivos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Debêntures	Nível 2	-	53.043
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	Nível 2	-	13.129
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	16.438	22.909
Debêntures	N.A.	634.040	717.676
		650.478	**806.757**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

-Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	2.068.150	2.106.743	1.997.880	1.977.928
Debêntures	634.040	646.942	770.719	771.535

NOTA 9. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	-	-	-	52.721	-	52.721
Encargos	-	-	-	322	-	322
	-	-	-	**53.043**	-	**53.043**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	198.109	434.495	632.604	115.800	599.886	715.686
Encargos	1.436	-	1.436	1.990	-	1.990
	199.545	**434.495**	**634.040**	**117.790**	**599.886**	**717.676**
Debêntures	**199.545**	**434.495**	**634.040**	**170.833**	**599.886**	**770.719**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	-	-	-	13.129	-	13.129
Debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*	**199.545**	**434.495**	**634.040**	**183.962**	**599.886**	**783.848**

b) Mutação das debêntures

	Total
Saldo em 31.12.2021	**874.993**
Juros	68.294
Variações monetárias	41.837
Ajuste a valor justo	(904)
Amortização do principal	(148.611)
Amortização de juros	(64.890)
Saldo em 31.12.2022	**770.719**
Juros	52.784
Variações monetárias	32.779
Ajuste a valor justo	(198)
Amortização do principal	(171.220)
Amortização de juros	(50.824)
Saldo em 31.12.2023	**634.040**

c) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Vencimento	Saldos em 31.12.2023
			Encargos	Principal		
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	634.040

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2025	166.131
2026	175.557
2027	92.807
	434.495

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2023
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,79

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Prática contábil:

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

a.1) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2023				31.12.2022
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	1.651.830	412.958	148.665	561.623	462.956
Intangível de bonificação pela outorga	317.997	79.499	28.620	108.119	90.587
Repactuação do risco hidrológico	9.287	2.322	836	3.158	3.287
		494.779	**178.121**	**672.900**	**556.830**
Ativo:					
RBO	1.154.919	288.730	103.943	392.673	317.685
Custo de gestão de infraestrutura da usina	87.120	21.780	7.841	29.621	23.416
Perdas não realizados em operações de *hedge*	-	-	-	-	4.464
Outros	1.126	282	101	383	458
		310.792	**111.885**	**422.677**	**346.023**
Valor líquido		**183.987**	**66.236**	**250.223**	**210.807**

a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2021	**163.404**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	47.403
Saldo em 31.12.2022	**210.807**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	39.416
Saldo em 31.12.2023	**250.223**

a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2024	10.154	42.917
2025	15.675	38.801
2026	18.506	50.497
2027	18.506	45.707
2028	18.506	41.315
2029 a 2031	18.506	30.870
2032 a 2034	18.506	30.870
2035 a 2037	18.506	30.870
2038 em diante	285.812	361.053
	422.677	**672.900**

b) Conciliação dos tributos no resultado

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	31.12.2023			31.12.2022		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos tributos	**338.649**	**338.649**	**338.649**	**321.489**	**321.489**	**321.489**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	**(84.662)**	**(30.478)**	**(115.140)**	**(80.372)**	**(28.934)**	**(109.306)**
Outros	6.251	2.241	8.492	66	16	82
	(78.411)	**(28.237)**	**(106.648)**	**(80.306)**	**(28.918)**	**(109.224)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(49.429)	(17.803)	(67.232)	(45.451)	(16.370)	(61.821)
Diferido	(28.982)	(10.434)	(39.416)	(34.855)	(12.548)	(47.403)
	(78.411)	**(28.237)**	**(106.648)**	**(80.306)**	**(28.918)**	**(109.224)**
Alíquota efetiva	**23%**	**8%**	**31%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.09.2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2023, no montante de R$ 21.040.

Desta forma o capital social da Companhia, em 31.12.2023 é de R$ 875.449 (R$ 854.409 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 875.448.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 875.448.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 173.361 (em 31.12.2022 foi destinado R$ 121.652). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	232.001	212.265
Média de ações ordinárias	875.448.805	854.408.805
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,26571**	**0,24843**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 12. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Prática contábil:

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (iii) juros sobre o capital próprio – na data do crédito aos acionistas; e (iv) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela AGO.

a) Cálculo

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	232.001	212.265
Reserva legal	(11.600)	(10.613)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**220.401**	**201.652**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	22.040	20.165
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido	21.250	-
Subtotal	**43.290**	**20.165**
Imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio	3.750	-
Total dos dividendos anuais	**43.290**	**20.165**
Percentual do lucro líquido ajustado	**20%**	**10%**

b) Composição do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Saldo em 31.12.2021	**80.856**
Dividendos aprovados	**20.165**
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2022	20.165
Dividendos pagos	**(80.856)**
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018	(32.521)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2019	(15.272)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2020	(13.041)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2021	(20.022)
Saldo em 31.12.2022	**20.165**
Dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados	**148.125**
Dividendos intermediários referentes ao exercício de 2021	45.000
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2022	59.835
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2023	22.040
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido	21.250
Dividendos pagos	**(65.165)**
Dividendos intermediários referentes ao exercício de 2021	(45.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2022	(20.165)
Saldo em 31.12.2023	**103.125**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 09.01.2023, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucro do exercício de 2021, no valor de R$ 45.000 (R$ 0,05266799656 por ação), e a data de pagamento ocorreu em 19.01.2023.

Em 28.04.2023, na 6ª AGO da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022 no valor de R$ 20.165 (R$ 0,02360130490 por ação), e a data de pagamento ocorreu em 24.05.2023. Ademais, na mesma AGO, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022, no valor de R$ 59.835 (R$ 0,07003068897 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

Em 20.12.2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2023 a 31.12.2023, no valor bruto de R$ 25.000, correspondente a R$ 0,02925999809 por ação, e serão pagos posteriormente conforme definido pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 04.03.2024, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2023, no valor de R$ 22.040 (R$ 0,02517582472 por ação).

NOTA 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil:

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da RAG, a parcela referente à GAG, a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão, vide Nota – 5 Ativo financeiro de concessão.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	156.238	153.544
Receita GAG - operação e manutenção	82.799	81.214
Transações no mercado de curto prazo	9.486	14.745
	248.523	**249.503**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(22.989)	(23.079)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.410)	(1.481)
	(24.399)	**(24.560)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**290.191**	**301.198**
Receita operacional líquida	**514.315**	**526.141**

NOTA 14. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.525	13.648
Juros sobre valores a receber	20	38
Outros juros e variações monetárias	1	1
	8.546	**13.687**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	85.563	110.131
Hedge de valor justo sobre debêntures	211	1.505
Outros	25	6
Ajuste a valor justo	819	(3.465)
Outras despesas financeiras	1.692	1.213
	88.310	**109.390**
Resultado financeiro	**79.764**	**95.703**

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos e JCP
		Energia	Outros	
31.12.2023				
ENGIE Brasil Energia	12.529	224	292	103.125
Total	**12.529**	**224**	**292**	**103.125**
31.12.2022	**12.765**	**750**	**1.042**	**20.165**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 171,19/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2023 era de R$ 788.821.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
2023			
ENGIE Brasil Energia	141.786	10.461	516
Outras	-	-	1.582
Total	**141.786**	**10.461**	**2.098**
2022	**139.341**	**13.567**	**2.840**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

NOTA 16. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2024 e o valor da cobertura é R$ 2.063.399, sendo R$ 1.947.928 referente a danos materiais e R$ 115.471 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em maio de 2019, ocorreu um sinistro em uma unidade geradora da Usina, ficando a unidade sinistrada indisponível até fevereiro de 2020. A Companhia e a seguradora encerraram as negociações da cobertura de lucros cessantes ao longo do ano de 2021.

Em 31.12.2023, a Companhia apresenta o saldo de R$ 4.782 (R$ 12.100 em 31.12.2022) registrado nas rubricas de "Indenização de sinistros a apropriar" no circulante e não circulante. O reconhecimento no resultado da Companhia do montante recebido como indenização, ocorre simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes dos sinistros, os quais são calculados por meio do Fator de Disponibilidade (FID) e são impactados pelos últimos 60 meses de geração da Usina.

NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Utilização do sistema	60.903	60.903	60.903	60.903	60.903	1.157.152	1.461.667
Modernização	86.914	123.606	91.830	91.545	53.045	11.571	458.511
Contratos de operação e manutenção	2.170	2.170	1.989	-	-	-	6.329
Saldo em 31.12.2023	**149.987**	**186.679**	**154.722**	**152.448**	**113.948**	**1.168.723**	**1.926.507**

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão (CUST) com o ONS e contrato de conexão com empresas de transmissão, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização

No exercício de 2023, a Companhia celebrou um novo contrato com a Andritz Hydro Brazil para modernização de quatro unidades geradoras, com capacidade de 106 MW cada, sendo os equipamentos geradores, turbinas, reguladores de velocidade e tensão, sistema digital de supervisão e controle, sistema de proteção e todos os sistemas auxiliares relacionado, entrando no escopo do contrato. Adicionalmente, a Companhia possui o contrato de modernização do gerador da unidade geradora 01.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2023, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(1.962)	(3.093)
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	(373)

NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Destinação de resultados de 2023

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 04.03.2024, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2023, no valor de R$ 22.040 (R$ 0,0251758247 por ação) e reserva de retenção de lucros no montante de R$ 173.361.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço patrimonial e demonstração do resultado ajustados por efeitos regulatórios.

Mais informações vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

ATIVO

		31.12.2023			31.12.2022		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		64.413	-	64.413	52.994	-	52.994
Contas a receber de clientes	(i)	25.376	20.568	45.944	25.165	19.937	45.102
Ativo financeiro de concessão	(i)	234.229	(234.229)	-	225.704	(225.704)	-
Outros ativos circulantes		4.850	-	4.850	4.066	-	4.066
		328.868	**(213.661)**	**115.207**	**307.929**	**(205.767)**	**102.162**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	1.833.921	(1.833.921)	-	1.772.176	(1.772.176)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	-	-	-	1.636	1.636
Outros ativos não circulantes		-	-	-	20	-	20
		1.833.921	**(1.833.921)**	**-**	**1.772.196**	**(1.770.540)**	**1.656**
Imobilizado	**(i)**	**16.512**	**87.026**	**103.538**	**3.641**	**68.733**	**72.374**
Intangível	**(i)**	**502.485**	**1.232.746**	**1.735.231**	**523.452**	**1.284.381**	**1.807.833**
		2.352.918	**(514.149)**	**1.838.769**	**2.299.289**	**(417.426)**	**1.881.863**
TOTAL		**2.681.786**	**(727.810)**	**1.953.976**	**2.607.218**	**(623.193)**	**1.984.025**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2023			31.12.2022		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		16.438	-	16.438	22.909	-	22.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio		103.125	-	103.125	20.165	-	20.165
Debêntures		199.545	-	199.545	170.833	-	170.833
Imposto de renda e contribuição social a pagar		47.715	-	47.715	35.185	-	35.185
Indenização de sinistros a apropriar		4.221	-	4.221	6.793	-	6.793
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*		-	-	-	13.129	-	13.129
Outros passivos circulantes		18.137	-	18.137	16.044	-	16.044
		389.181	**-**	**389.181**	**285.058**	**-**	**285.058**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		434.495	-	434.495	599.886	-	599.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	250.223	(247.456)	2.767	210.807	(210.807)	-
Indenização de sinistros a apropriar		561	-	561	5.307	-	5.307
		685.279	**(247.456)**	**437.823**	**816.000**	**(210.807)**	**605.193**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.607.326**	**(480.354)**	**1.126.972**	**1.506.160**	**(412.386)**	**1.093.774**
TOTAL		**2.681.786**	**(727.810)**	**1.953.976**	**2.607.218**	**(623.193)**	**1.984.025**

		RESULTADO					
		2023			2022		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida		514.315	(16.768)	497.547	526.141	(47.350)	478.791
Custos operacionais		(94.980)	(86.214)	(181.194)	(107.992)	(64.634)	(172.626)
LUCRO BRUTO	**(i)**	**419.335**	**(102.982)**	**316.353**	**418.149**	**(111.984)**	**306.165**
Despesas operacionais, líquidas		(922)	-	(922)	(957)	-	(957)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**418.413**	**(102.982)**	**315.431**	**417.192**	**(111.984)**	**305.208**
Resultado financeiro		(79.764)	-	(79.764)	(95.703)	-	(95.703)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**338.649**	**(102.982)**	**235.667**	**321.489**	**(111.984)**	**209.505**
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(106.648)	35.014	(71.634)	(109.224)	38.075	(71.149)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**232.001**	**(67.968)**	**164.033**	**212.265**	**(73.909)**	**138.356**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Márcio Daian Neves
Diretor de Implantação

Florianópolis, 04 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Eduardo Takamori Guiyotoku
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Márcio Daian Neves
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Building a better working world

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Energética Jaguara S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Jaguara S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os

resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu R$ 210.191 mil decorrente de juros e atualização monetária do ativo financeiro da concessão, R$ 156.238 mil decorrente do suprimento de energia elétrica e R$ 9.486 decorrente de transações no mercado de curto prazo.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, transações no mercado de curto prazo e da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis da receita, reconhecida ao final do exercício;
(iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa da receita de fornecimento de energia elétrica ao final do exercício;
(iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
(v) Recálculo da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(vi) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 13 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos

no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 -Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

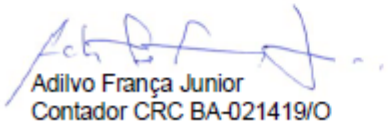
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Building a better working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 04 de março de 2024

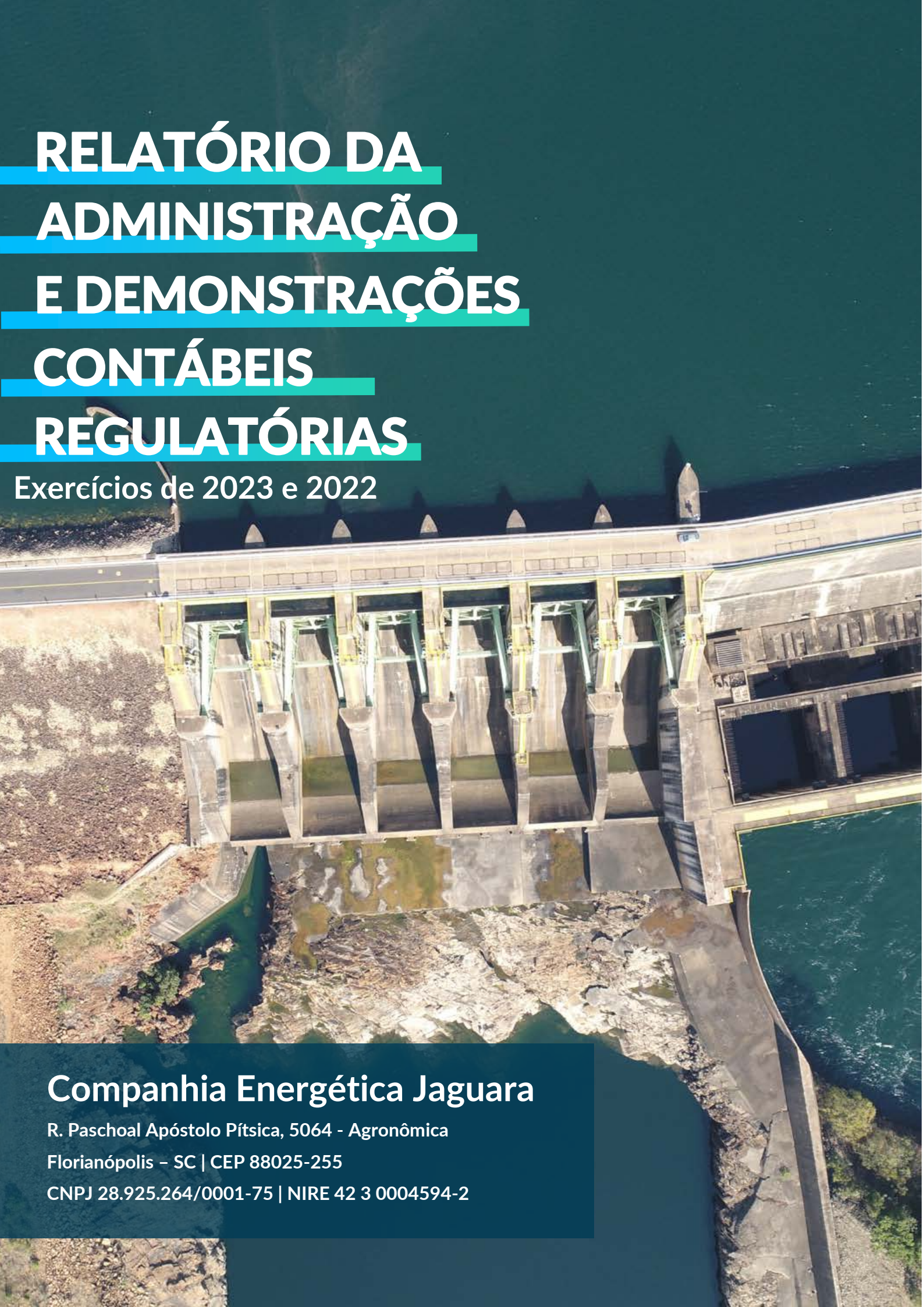
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercícios de 2023 e 2022



Companhia Energética Jaguara

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica

Florianópolis – SC | CEP 88025-255

CNPJ 28.925.264/0001-75 | NIRE 42 3 0004594-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Aneel para operação da Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 177 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo (SP) – município de Rifaina - e Minas Gerais (MG) – município de Sacramento, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 324,0 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Jaguara está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 875.448.805 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 875.449 mil ao final de 2023, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por quatro Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Na 5ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada 02.06.2023, foi eleito o senhor Eduardo Takamori Guiyotoko como membro do Conselho de Administração, em substituição a Marcelo Cardoso Malta. Após essa data, o Conselho de Administração passa a ser composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Eduardo Takamori Guiyotoko.

Em 20.12.2023, na 35ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, que passou posteriormente por retificação (36ª Reunião do Conselho de Administração) e em 31.12.2023 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional, Romary dos Anjos Silva no cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores, e Marcio Daian Neves como Diretor de Implantação.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 2.171 milhões, resultando em ágio de 13,6% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das *commodities* no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das *commodities*, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Jaguara foi de 2.313,1 GWh, aumento de 5% se comparado ao desempenho de 2022, quando atingiu 2.202,0 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 85,6%, 12,8 p.p. menor que o obtido em 2022, de 98,4%.

A redução da disponibilidade se deu devido às paradas operacionais decorrentes das obras para realização de modernizações do Gerador da Unidade Geradora 1 da Usina. Paralelamente, foi assinado contrato de modernização geral da Usina, que inclui os demais geradores, turbinas e sistemas de supervisão e controle. Os serviços devem estender-se até 2028.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	497.547	478.791	18.756	3,9%
Lucro da atividade	315.429	305.203	10.226	3,4%
Margem da atividade	63,4%	63,7%	-	-0,3%
Ebitda (Lajida)[1]	389.469	378.932	10.537	2,8%
Depreciação e amortização	(74.040)	(73.729)	(311)	0,4%
Resultado financeiro	(79.764)	(95.703)	15.939	-16,7%
Imposto de renda e contribuição social	(71.634)	(71.149)	(485)	0,7%
Lucro líquido	164.031	138.351	25.680	18,6%

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

Em 2023, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 18.756 mil (3,9%), atingindo R$ 497.547 mil, frente aos R$ 478.791 mil reconhecidos em 2022. Essa variação é consequência, substancialmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 23.370 mil na receita das operações de energia elétrica com distribuidoras, em virtude, basicamente, de atualização monetária; (ii) aumento de R$ 2.694 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais com partes relacionadas; e (iii) parcialmente atenuado pelo decréscimo de R$ 1.338 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Mais detalhes sobre os itens (ii) e (iii) vide seção "transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo".

5.2 Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 8.530 mil (4,9%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 173.588 mil em 2022 para R$ 182.118 mil em 2023. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) **Encargos de uso de rede elétrica e de conexão:** aumento de R$ 4.279 mil entre os exercícios em análise, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos.

b) **Compra de energia, inclusive CCEE:** redução de R$ 5.056 mil, entre os exercícios em análise. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo" apresentado a seguir.

c) **Outros custos operacionais:** o aumento de R$ 9.194 entre os exercícios analisados, deve-se a reversão de provisão de contingência cível no montante de R$ 7.386 mil, ocorrida em 2022, devido ao entendimento favorável à posição da Companhia.

5.3 Transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram uma redução de R$ 2.138 mil e uma redução de R$ 5.055 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 2.917 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, da redução de transações de compra no mercado de curto prazo em consequência do aumento da geração de energia registrada em 2023 quando comparado a 2022.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2023 foi de R$ 389.469 mil, R$ 10.537 mil (2,8%) acima do apurado em 2022, de R$ 378.932 mil.

5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 15.939 mil (16,7%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 79.764 mil no 2023 (R$ 95.703 mil no 2022). A redução, decorre, principalmente, pela diminuição da variação monetária sobre as debêntures, em função, principalmente, da desaceleração do IPCA entre os exercícios.

5.6 Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL reduziram R$ 485 mil (0,7%), passando de R$ 71.149 mil em 2022 para R$ 79.764 mil em 2023, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido no 2023 foi de R$ 164.031 mil, R$ 25.680 mil (18,6%) superior aos R$ 138.351 mil apresentados no 2022, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

É importante destacar que quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Jaguara segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, estabelecidos na Licença de Operação vigente:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Gerenciamento de Resíduos;

d) Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos;

e) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

f) Programa de Conservação da lctiofauna e afugentamento nas paradas de máquinas;

g) Programa de Peixamento;

h) Programa de Levantamento da Produção Pesqueira;

i) Programa de Monitoramento da Avifauna e Projeto Urubu;

j) Programa de Educação Ambiental;

k) Programa de Comunicação Social;

l) Programa de Gestão Sociopatrimonial;

m) Plano de Atendimento a Emergências (PAE);

n) Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas; e

o) Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Mexilhão-Dourado (Limnoperna fortunet).

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2023.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	64.413	52.994
Concessionárias e permissionárias	4	45.942	45.102
Outros ativos circulantes		4.850	4.066
		115.205	**102.162**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.636
Outros ativos não circulantes		-	20
		-	**1.656**
Imobilizado	**5**	**103.538**	**72.374**
Intangível	**6**	**1.735.231**	**1.807.833**
		1.838.769	**1.881.863**
TOTAL DO ATIVO		**1.953.974**	**1.984.025**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		16.438	22.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio		103.125	20.165
Debêntures	8	199.545	170.833
Imposto de renda e contribuição social a pagar		47.715	35.185
Indenização de sinistros a apropriar	14	4.221	6.793
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	7	-	13.129
Outros passivos circulantes		18.137	16.044
		389.181	**285.058**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	434.495	599.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.767	-
Indenização de sinistros a apropriar	14	561	5.307
		437.823	**605.193**
TOTAL DO PASSIVO		**827.004**	**890.251**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9**		
Capital social		875.449	854.409
Reservas de lucros		731.877	591.916
Dividendos adicionais propostos		-	59.835
Proventos excedentes da contabilidade societária		(480.356)	(412.386)
		1.126.970	**1.093.774**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.953.974**	**1.984.025**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10		
Suprimento de energia elétrica		544.083	518.019
Energia elétrica de curto prazo		2.168	3.506
Outras receitas		7.318	11.239
		553.569	**532.764**
Deduções da receita bruta			
Tributos			
PIS		(9.134)	(8.790)
Cofins		(42.071)	(40.489)
Encargos – Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.817)	(4.694)
		(56.022)	**(53.973)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**497.547**	**478.791**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"			
Encargos de uso da rede elétrica		(57.659)	(53.380)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(14.314)	(13.066)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(1.659)	(1.542)
		(73.632)	**(67.988)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**423.915**	**410.803**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"			
Depreciação e amortização		(74.040)	(73.729)
Material e serviços de terceiros		(9.650)	(11.213)
Compra de energia, inclusive CCEE		(10.702)	(15.758)
Outros custos operacionais		(14.094)	(4.900)
		(108.486)	**(105.600)**
LUCRO DA ATIVIDADE	**11**	**315.429**	**305.203**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		8.546	13.687
Despesas financeiras		(88.310)	(109.390)
		(79.764)	**(95.703)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**235.665**	**209.500**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(67.232)	(61.821)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(4.402)	(9.328)
		(71.634)	**(71.149)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**164.031**	**138.351**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,1874**	**0,1619**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**164.031**	**138.351**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**164.031**	**138.351**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31.12.2021		**854.409**	**33.762**	**435.033**	**(338.472)**	**-**	**-**	**984.732**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(73.914)	-	73.914	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	138.351	138.351
Dividendos intermediários		-	-	(9.144)	-	-	-	(9.144)
Destinações propostas à AGO[1]:								
- Reserva legal		-	10.613	-	-	-	(10.613)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(20.165)	(20.165)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	59.835	(59.835)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	121.652	-	-	(121.652)	-
Saldos em 31.12.2022	**9**	**854.409**	**44.375**	**547.541**	**(412.386)**	**59.835**	**-**	**1.093.774**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(67.970)	-	67.970	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	164.031	164.031
Aumento de capital		21.040	-	-	-	-	-	21.040
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(59.835)	-	(59.835)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Dividendos intermediários		-	-	(45.000)	-	-	-	(45.000)
Destinações propostas à AGO[1]:								
- Reserva legal		-	11.600	-	-	-	(11.600)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(22.040)	(22.040)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	173.361	-	-	(173.361)	-
Saldos em 31.12.2023	**9**	**875.449**	**55.975**	**675.902**	**(480.356)**	**-**	**-**	**1.126.970**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	235.665	209.500
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Juros e variação monetária	85.778	111.603
Depreciação e amortização	74.040	73.729
Outros	819	(10.851)
Lucro antes dos tributos ajustado	**396.302**	**383.981**
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(830)	(2.015)
Outros ativos	(2.714)	(3.013)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(6.471)	11.537
Indenização de sinistros a apropriar	(7.318)	(11.239)
Outros passivos	2.037	5.010
Caixa gerado pelas operações	**381.006**	**384.261**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(48.612)	(55.652)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(56.459)	(41.257)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**275.935**	**287.352**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(32.602)	(36.776)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(32.602)**	**(36.776)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(187.789)	(176.633)
Dividendos pagos	(65.165)	(90.000)
Aumento de capital	21.040	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(231.914)**	**(266.633)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.419**	**(16.057)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	52.994	69.051
Saldo final	64.413	52.994
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.419**	**(16.057)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 324,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 25.07.2023, a Companhia celebrou contrato para modernização das unidades geradoras da Usina. Mais detalhes, podem ser observados na Nota 15 – Compromissos de longo prazo.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 17 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis regulatórias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**246**	**181**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	64.167	52.813
	64.413	**52.994**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2023, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Prática contábil:

Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2023	31.12.2022
Distribuidoras	32.720	31.663
ENGIE Brasil Energia	12.529	12.765
Transações realizadas na CCEE[1]	693	674
	45.942	**45.102**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 19 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

Em 27.09.2017, a ENGIE, controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguara, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

A composição e mutação do imobilizado está abaixo apresentada:

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2022	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2023	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2023	Valor líquido em 31.12.2022
Máquinas e equipamentos	96.501	-	(19)	1.028	97.510	1.009	(84.059)	13.451	13.429
Reservatórios, Barragens e Adutoras	48.890	-	-	105	48.995	105	(48.507)	488	401
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	21.170	-	-	6.938	28.108	6.938	(16.971)	11.137	4.531
Móveis e utensílios	571	-	-	123	694	123	(130)	564	481
Terrenos	367	-	-	-	367	-	(367)	-	-
Subtotal	**167.499**	**-**	**(19)**	**8.194**	**175.674**	**8.175**	**(150.034)**	**25.640**	**18.842**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2022	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2023	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2023	Valor líquido em 31.12.2022
Máquinas e equipamentos	20.946	52.255	-	(3.411)	69.790	48.844	-	69.790	20.946
Reservatórios, Barragens e Adutoras	105	-	-	(105)	-	(105)	-	-	105
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4.011	1.877	-	(4.678)	1.210	(2.801)	-	1.210	4.011
Adiantamentos	26.094	(23.891)	-	-	2.203	(23.891)	-	2.203	26.094
A ratear	2.376	2.319	-	-	4.695	2.319	-	4.695	2.376
Subtotal	**53.532**	**32.560**	**-**	**(8.194)**	**77.898**	**24.366**	**-**	**77.898**	**53.532**
Total do Ativo Imobilizado	**221.031**	**32.560**	**(19)**	**-**	**253.572**	**32.541**	**(150.034)**	**103.538**	**72.374**

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2022	Valor líquido em 31.12.2021
Máquinas e equipamentos	93.647	-	(992)	3.846	96.501	2.854	(83.072)	13.429	10.460
Reservatórios, Barragens e Adutoras	48.890	-	-	-	48.890	-	(48.489)	401	417
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	21.170	-	-	-	21.170	-	(16.639)	4.531	4.715
Móveis e utensílios	529	-	-	42	571	42	(90)	481	474
Terrenos	367	-	-	-	367	-	(367)	-	-
Subtotal	**164.603**	**-**	**(992)**	**3.888**	**167.499**	**2.896**	**(148.657)**	**18.842**	**16.066**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2022	Valor líquido em 31.12.2021
Máquinas e equipamentos	7.739	17.074	-	(3.867)	20.946	13.207	-	20.946	7.739
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	105	-	-	105	105	-	105	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	100	3.911	-	-	4.011	3.911	-	4.011	100
Adiantamentos	12.058	14.036	-	-	26.094	14.036	-	26.094	12.058
A ratear	1.161	1.236	-	(21)	2.376	1.215	-	2.376	1.161
Subtotal	**21.058**	**36.362**	**-**	**(3.888)**	**53.532**	**32.474**	**-**	**53.532**	**21.058**
Total do Ativo Imobilizado	**185.661**	**36.362**	**(992)**	**-**	**221.031**	**35.370**	**(148.657)**	**72.374**	**37.124**

NOTA 6. INTANGÍVEL

Prática contábil:

Refere-se, principalmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2023 e 2022, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

	Valor bruto em 31.12.2022	Adições	Transferência	Valor bruto em 31.12.2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2023
Ativo intangível em serviço						
Geração						
Bônus de Outorga	2.171.000	-	-	2.171.000	(445.204)	1.725.796
Direito de extensão de concessão	10.329	-	-	10.329	(1.042)	9.287
Software	346	-	82	428	(280)	148
Ativo intangível em curso						
Geração						
Software	40	42	(82)	-	-	-
	2.181.715	**42**	**-**	**2.181.757**	**(446.526)**	**1.735.231**

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições	Valor bruto em 31.12.2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2022
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	2.171.000	-	2.171.000	(373.009)	1.797.991
Direito de extensão de concessão	10.329	-	10.329	(663)	9.666
Software	346	-	346	(210)	136
Ativo intangível em curso					
Geração					
Software	-	40	40	-	40
	2.181.675	**40**	**2.181.715**	**(373.882)**	**1.807.833**

NOTA 7. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Prática contábil:

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este era o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia ao longo de 2023, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

	31.12.2022
Posição passiva	
Hedge de valor justo sobre debêntures	13.129
	13.129
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	13.129
	13.129

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Total
Passivo em 31.12.2021	**32.969**
Juros e variações monetárias	1.505
Ajuste a valor justo	(2.561)
Amortização de principal	(28.022)
Amortização de juros	9.238
Passivo em 31.12.2022	**13.129**
Juros e variações monetárias	211
Ajuste a valor justo	1.017
Amortização de principal	(16.569)
Amortização de juros	2.212
Passivo em 31.12.2023	-

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2021	**1.544**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(2.561)
Saldo em 31.12.2022	**(1.017)**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	1.017
Saldo em 31.12.2023	-

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

b.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 13 – Transações com partes relacionadas. Em relação ao mercado regulado, o recebimento é garantido pelo Poder Concedente.

b.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia era o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total	Contábil
Fornecedores	16.438	-	-	16.438	16.438
Debêntures[1]	237.774	385.562	96.622	719.958	634.040
	254.212	**385.562**	**96.622**	**736.396**	**650.478**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Jaguara, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2023, a parcela da Usina Hidrelétrica Jaguara destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 226,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e está blindada desse risco.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 6 – Intangível.

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	64.167	52.813
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	246	181
Concessionárias e permissionárias	N.A.	45.942	45.102
		110.355	**98.096**
Passivos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Debêntures	Nível 2	-	53.043
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	Nível 2	-	13.129
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	16.438	22.909
Debêntures	N.A.	634.040	717.676
		650.478	**806.757**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

NOTA 8. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	-	-	-	52.721	-	52.721
Encargos	-	-	-	322	-	322
	-	**-**	**-**	**53.043**	**-**	**53.043**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	198.109	434.495	632.604	115.800	599.886	715.686
Encargos	1.436	-	1.436	1.990	-	1.990
	199.545	**434.495**	**634.040**	**117.790**	**599.886**	**717.676**
Debêntures	**199.545**	**434.495**	**634.040**	**170.833**	**599.886**	**770.719**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	-	-	-	13.129	-	13.129
Debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*	**199.545**	**434.495**	**634.040**	**183.962**	**599.886**	**783.848**

b) Mutação das debêntures

	Total
Saldo em 31.12.2021	**874.993**
Juros	68.294
Variações monetárias	41.837
Ajuste a valor justo	(904)
Amortização do principal	(148.611)
Amortização de juros	(64.890)
Saldo em 31.12.2022	**770.719**
Juros	52.784
Variações monetárias	32.779
Ajuste a valor justo	(198)
Amortização do principal	(171.220)
Amortização de juros	(50.824)
Saldo em 31.12.2023	**634.040**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento			
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2023
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	634.040

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2025	166.131
2026	175.557
2027	92.807
	434.495

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2023
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,79

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.09.2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2023, no montante de R$ 21.040.

Desta forma o capital social da Companhia, em 31.12.2023 é de R$ 875.449 (R$ 854.409 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 875.448.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 875.448.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido societário do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 173.361 (em 31.12.2022 foi destinado R$ 121.652). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido societário ajustado do exercício.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

e) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado e suas destinações da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 10. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Prática contábil:

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

	2023			2022		
	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil
Suprimento faturado						
Distribuidoras	85	-	355.125	77	-	332.812
ENGIE Brasil Energia	1	789	143.709	1	789	140.779
	86	**789**	**498.834**	**78**	**789**	**473.591**
Suprimento não faturado						
Distribuidoras	85	-	32.720	77	-	31.663
ENGIE Brasil Energia	1	73	12.529	1	73	12.765
	86	**73**	**45.249**	**78**	**73**	**44.428**
Transações no mercado de curto prazo	-	-	2.168	-	-	3.506
Outras receitas	-	-	7.318	-	-	11.239
	86	**862**	**553.569**	**78**	**862**	**532.764**

Os empreendimentos alcançados pelo regime de cotas, apresentados na rubrica de "Distribuidoras", são remunerados através de receitas fixas calculadas com base nos custos envolvidos na prestação do serviço de geração. Além disso, o gerador que tem sua energia comercializada em regime de cotas de garantia física não arca com os riscos hidrológicos nem com os resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados à Usina.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão nº 02/2017, assinado em 10.11.2017.

NOTA 11. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.525	13.648
Juros sobre valores a receber	20	38
Outros juros e variações monetárias	1	1
	8.546	**13.687**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	85.563	110.131
Hedge de valor justo sobre debêntures	211	1.505
Outros	25	6
Ajuste a valor justo	819	(3.465)
Outras despesas financeiras	1.692	1.213
	88.310	**109.390**
Resultado financeiro	**79.764**	**95.703**

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras societárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

a) Conciliação dos tributos no resultado

	2023			2022		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	235.665	235.665	235.665	209.500	209.500	209.500
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(58.916)**	**(21.210)**	**(80.126)**	**(52.375)**	**(18.855)**	**(71.230)**
Outros	6.251	2.241	8.492	65	16	81
	(52.665)	**(18.969)**	**(71.634)**	**(52.310)**	**(18.839)**	**(71.149)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(49.429)	(17.803)	(67.232)	(45.451)	(16.370)	(61.821)
Diferido	(3.236)	(1.166)	(4.402)	(6.859)	(2.469)	(9.328)
	(52.665)	**(18.969)**	**(71.634)**	**(52.310)**	**(18.839)**	**(71.149)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos e JCP
		Energia	Outros	
31.12.2023				
ENGIE Brasil Energia	12.529	224	292	103.125
Total	**12.529**	**224**	**292**	**103.125**
31.12.2022	**12.765**	**750**	**1.042**	**20.165**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 171,19/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2023 era de R$ 788.821.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
2023			
ENGIE Brasil Energia	141.786	10.461	516
Outras	-	-	1.582
Total	**141.786**	**10.461**	**2.098**
2022	**139.341**	**13.567**	**2.840**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

NOTA 14. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2024 e o valor da cobertura é R$ 2.063.399, sendo R$ 1.947.928 referente a danos materiais e R$ 115.471 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em maio de 2019, ocorreu um sinistro em uma unidade geradora da Usina, ficando a unidade sinistrada indisponível até fevereiro de 2020. A Companhia e a seguradora encerraram as negociações da cobertura de lucros cessantes ao longo do ano de 2021.

Em 31.12.2023, a Companhia apresenta o saldo de R$ 4.782 (R$ 12.100 em 31.12.2022) registrado nas rubricas de "Indenização de sinistros a apropriar" no circulante e não circulante. O reconhecimento no resultado da Companhia do montante recebido como indenização, ocorre simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes dos sinistros, os quais são calculados por meio do Fator de Disponibilidade (FID) e são impactados pelos últimos 60 meses de geração da Usina.

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Utilização do sistema	60.903	60.903	60.903	60.903	60.903	1.157.152	1.461.667
Modernização	86.914	123.606	91.830	91.545	53.045	11.571	458.511
Contratos de operação e manutenção	2.170	2.170	1.989	-	-	-	6.329
Saldo em 31.12.2023	**149.987**	**186.679**	**154.722**	**152.448**	**113.948**	**1.168.723**	**1.926.507**

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão (CUST) com o ONS e contrato de conexão com empresas de transmissão, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização

No exercício de 2023, a Companhia celebrou um novo contrato com a Andritz Hydro Brazil para modernização de quatro unidades geradoras, com capacidade de 106 MW cada, sendo os equipamentos geradores, turbinas, reguladores de velocidade e tensão, sistema digital de supervisão e controle, sistema de proteção e todos os sistemas auxiliares relacionado, entrando no escopo do contrato. Adicionalmente, a Companhia possui o contrato de modernização do gerador da unidade geradora 01.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2023, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente.

NOTA 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(1.962)	(3.093)
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	(373)

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOsocietários

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

ATIVO

		31.12.2023			31.12.2022		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		64.413	-	64.413	52.994	-	52.994
Concessionárias e permissionárias	(i)	45.942	(20.566)	25.376	45.102	(19.937)	25.165
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	234.229	234.229	-	225.704	225.704
Outros ativos circulantes		4.850	-	4.850	4.066	-	4.066
		115.205	**213.663**	**328.868**	**102.162**	**205.767**	**307.929**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	1.833.921	1.833.921	-	1.772.176	1.772.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	-	-	1.636	(1.636)	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	20	-	20
		-	**1.833.921**	**1.833.921**	**1.656**	**1.770.540**	**1.772.196**
Imobilizado	**(i)**	**103.538**	**(87.026)**	**16.512**	**72.374**	**(68.733)**	**3.641**
Intangível	**(i)**	**1.735.231**	**(1.232.746)**	**502.485**	**1.807.833**	**(1.284.381)**	**523.452**
		1.838.769	**514.149**	**2.352.918**	**1.881.863**	**417.426**	**2.299.289**
TOTAL		**1.953.974**	**727.812**	**2.681.786**	**1.984.025**	**623.193**	**2.607.218**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2023			31.12.2022		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Societário	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		16.438	-	16.438	22.909	-	22.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio		103.125	-	103.125	20.165	-	20.165
Debêntures		199.545	-	199.545	170.833	-	170.833
Imposto de renda e contribuição social a pagar		47.715	-	47.715	35.185	-	35.185
Indenização de sinistros a apropriar		4.221	-	4.221	6.793		6.793
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*		-	-	-	13.129	-	13.129
Outros passivos circulantes		18.137	-	18.137	16.044	-	16.044
		389.181	**-**	**389.181**	**285.058**	**-**	**285.058**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		434.495	-	434.495	599.886	-	599.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	2.767	247.456	250.223	-	210.807	210.807
Indenização de sinistros a apropriar		561	-	561	5.307	-	5.307
		437.823	**247.456**	**685.279**	**605.193**	**210.807**	**816.000**
Capital social		875.449	-	875.449	854.409	-	854.409
Reservas de lucros		731.877	-	731.877	591.916	-	591.916
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	59.835	-	59.835
Proventos excedentes da contabilidade societária		(480.356)	480.356	-	(412.386)	412.386	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.126.970**	**480.356**	**1.607.326**	**1.093.774**	**412.386**	**1.506.160**
TOTAL		**1.953.974**	**727.812**	**2.681.786**	**1.984.025**	**623.193**	**2.607.218**

Demonstração do resultado

	Nota	2023 Regulatório	2023 Ajustes	2023 Societário	2022 Regulatório	2022 Ajustes	2022 Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Suprimento de energia elétrica	(iv)	544.083	(387.845)	156.238	518.019	(364.475)	153.544
Energia elétrica de curto prazo		2.168	-	2.168	3.506	-	3.506
Receita GAG – operação e manutenção	(iv)	-	82.799	82.799	-	81.214	81.214
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(iii)	-	290.191	290.191	-	301.198	301.198
Outras receitas		7.318	-	7.318	11.239	-	11.239
		553.569	**(14.855)**	**538.714**	**532.764**	**17.937**	**550.701**
Deduções da receita bruta							
Tributos							
PIS	(iv)	(9.134)	5.033	(4.101)	(8.790)	4.673	(4.117)
Cofins	(iv)	(42.071)	23.183	(18.888)	(40.489)	21.527	(18.962)
Encargos – Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(iv)	(4.817)	3.407	(1.410)	(4.694)	3.213	(1.481)
		(56.022)	**31.623**	**(24.399)**	**(53.973)**	**29.413**	**(24.560)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**497.547**	**16.768**	**514.315**	**478.791**	**47.350**	**526.141**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"							
Encargos de uso da rede elétrica	(v)	(57.659)	41.622	(16.037)	(53.380)	38.782	(14.598)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(v)	(14.314)	10.066	(4.248)	(13.066)	8.367	(4.699)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(v)	(1.659)	1.183	(476)	(1.542)	1.118	(424)
		(73.632)	**52.871**	**(20.761)**	**(67.988)**	**48.267**	**(19.721)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**423.915**	**69.639**	**493.554**	**410.803**	**95.617**	**506.420**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Depreciação e amortização	(vi)	(74.040)	52.569	(21.471)	(73.729)	52.307	(21.422)
Material e serviços de terceiros	(vii)	(9.650)	(19.224)	(28.874)	(11.213)	(35.961)	(47.174)
Compra de energia, inclusive CCEE		(10.702)	-	(10.702)	(15.758)	-	(15.758)
Outros custos operacionais		(14.094)	-	(14.094)	(4.900)	26	(4.874)
		(108.486)	**33.345**	**(75.141)**	**(105.600)**	**16.372**	**(89.228)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**315.429**	**102.984**	**418.413**	**305.203**	**111.989**	**417.192**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		8.546	-	8.546	13.687	-	13.687
Despesas financeiras		(88.310)	-	(88.310)	(109.390)	-	(109.390)
		(79.764)	**-**	**(79.764)**	**(95.703)**	**-**	**(95.703)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**235.665**	**102.984**	**338.649**	**209.500**	**111.989**	**321.489**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(67.232)	-	(67.232)	(61.821)	-	(61.821)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(viii)	(4.402)	(35.014)	(39.416)	(9.328)	(38.075)	(47.403)
		(71.634)	**(35.014)**	**(106.648)**	**(71.149)**	**(38.075)**	**(109.224)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**164.031**	**67.970**	**232.001**	**138.351**	**73.914**	**212.265**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,1874**		**0,2650**	**0,1619**		**0,2484**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii) e (ix) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos

sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível e imobilizado é amortizado e depreciado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

Adicionalmente, os itens de adição de imobilizado são considerados como custo na rubrica "Materiais e serviços de terceiros" nas demonstrações contábeis societárias.

(ii), (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2023
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Saldo no início do exercício	**412.386**
(iii) Remuneração do ativo financeiro da concessão	290.191
(iv) Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida	(273.423)
(v) Custos não gerenciáveis – Parcela "A"	52.871
(vi) Depreciação e amortização	52.569
(vii) Material e serviços de terceiros	(19.224)
(viii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	(35.014)
Saldo no final do exercício	**480.356**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Eduardo Takamori Guiyotoku
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Márcio Daian Neves
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Energética Jaguara
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética Jaguara ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas,incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Jaguara em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 04 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau, 26 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Companhia Energética Jaguara

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

Florianópolis, 26 de março de 2024.

_____
José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

_____
Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

_____
Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Luiz Jansson Laydner, Romary Dos Anjos Silva e Talisa Rezzieri.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B820-20D5-DCD2-FF18.

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Luiz Jansson Laydner, Romary Dos Anjos Silva e Talisa Rezzieri.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B820-20D5-DCD2-FF18.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Engie. Para verificar as assinaturas clique no link: https://engie.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B820-20D5-DCD2-FF18 ou vá até o site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B820-20D5-DCD2-FF18

Hash do Documento

E2A640A4400E8DF990A167CE4C5B12DA0F2BF8EF53E3509AA3FB43F6F4C46EF9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/03/2024 é(são) :

- Jose Luiz Jansson Laydner (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 481.767.029-00 em 26/03/2024 15:42 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Romary Dos Anjos Silva (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 058.505.519-05 em 26/03/2024 11:43 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Talisa Rezzieri (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 079.362.299-90 em 26/03/2024 09:58 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital